



IV SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

A CONTRIBUIÇÃO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PARA ALAVANCAR O VALOR DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

KARINE DANIELE BYHAIN DE SOUZA

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
karine.dbs@gmail.com

FERNANDA MARCIA KUMM

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
fernandakumm@yahoo.com.br

CLAUDIO ANTONIO ROJO

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
rojo_1970@hotmail.com



A CONTRIBUIÇÃO DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PARA ALAVANCAR O VALOR DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a contribuição das práticas de sustentabilidade para alavancar o valor dos ativos intangíveis. Para tanto foi adotada a abordagem de pesquisa qualitativa, para coletar e interpretar informações sobre o tema, sendo os objetivos classificados como pesquisa explicativa e os procedimentos realizados foram baseados em pesquisa bibliográfica. Após, os dados coletados foram analisados com a adoção do método dedutivo, com base na literatura global. A análise identificou que as práticas de sustentabilidade podem proporcionar maior competitividade às empresas, destacando-as das concorrentes e proporcionando a valorização dos ativos intangíveis, fato este demonstrado pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBOVEPA.

Palavras-chave: Ativos intangíveis, sustentabilidade, práticas sustentáveis.

Abstract

This study aimed to analyze the contribution of sustainable practices to leverage the value of intangible assets. To this end, we adopted the qualitative research approach to collect and interpret information on the subject, with the objectives classified as explanatory research and the procedures carried out were based on literature. After the collected data were analyzed with the adoption of the deductive method, based on the global literature. The analysis identified that sustainability practices can provide more competitive businesses, including those of competitors and providing the valuation of intangible assets, a fact demonstrated by the Corporate Sustainability Index - ISE BM & FBOVEPA.

Keywords: Intangible assets, sustainability, sustainable practices.

/



1 Introdução

Atualmente existe uma tendência crescente da utilização do termo sustentabilidade pelas organizações, essa condição tem sido definida em termos globais como a aptidão de satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras neste mesmo aspecto. Para as empresas não há consenso quanto a adoção da expressão, há aquelas que encaram a sustentabilidade como uma obrigação moral, e outras que a veem como uma exigência legal. Também existem organizações que percebem a sustentabilidade como custo inerente ao ramo dos negócios, ou seja, um mal necessário para manter a legitimidade e o direito de a empresa funcionar. Porém, poucas empresas concebem a sustentabilidade como uma oportunidade de negócios, abrindo caminho para a diminuição de custos e riscos, ou até mesmo elevando seus rendimentos e sua participação de mercado por meio da inovação (Hart & Milstein, 2004).

Neste contexto, está sendo criada uma convergência no ambiente corporativo, quanto ao valor da sustentabilidade na gestão das organizações. Tal enfoque norteia para a necessidade da adoção dos princípios de sustentabilidade e de estabelecer práticas sustentáveis, de acordo com o ramo de atuação da empresa e com as demandas dos diversidade de público que com ela interage (Leal, 2009).

Ao adotar práticas sustentáveis, as organizações agregam vantagem competitiva. Conforme Domeneghetti e Araújo (2014), tal iniciativa vem sendo valorizada como um atributo diferencial por acionistas e investidores, tornando-se um imperativo de governança para que as corporações tenham destaque.

A execução de práticas sustentáveis pelas empresas gera destaque na sociedade, passando a organização a ser reconhecida com reputação sustentável, o que se torna tão importante quanto a excelência e o sucesso em sua atividade fim, e configura a sustentabilidade corporativa como um ativo intangível fundamental da empresa (Domenegueti & Araújo, 2014).

Assim, este artigo objetiva descrever sobre as contribuições das práticas de sustentabilidade para alavancar o valor dos ativos intangíveis, para tanto, serão fundamentados teoricamente os ativos intangíveis e a sustentabilidade, bem como, o reflexo das práticas sustentáveis sobre o valor dos intangíveis.

Para atingir ao objetivo proposto, o trabalho está estruturado em introdução, fundamentação teórica no qual serão tratados os temas ativos, ativo intangível, crescente valoração dos ativos intangíveis, riqueza intangível, sustentabilidade nas organizações, práticas de sustentabilidade na organizações e índice de sustentabilidade empresarial, na sequência serão descritas a metodologia, discussão e conclusão.

2 Referencial Teórico

Para embasamento teórico do presente artigo, serão abordados os tópicos sobre ativo intangível e a sustentabilidade, bem como, torna-se oportuno tecer algumas considerações sobre ativo em seu contexto geral, mencionando sobre sua valoração e sua influência na geração da riqueza patrimonial.

2.1 Ativos

O ativo tem sido definido de várias maneiras, destacando-se, porém a mais tradicional, em que os autores Iudícibus e Marion (2000) definem o ativo como o conjunto de bens e direitos à disposição da administração, sendo que esta, entre outras definições tradicionais passam uma ideia clara e singela do que seja o ativo, mas que também em um determinado



momento não caracterizam o que o ativo possa representar efetivamente, para as entidades. Pois, Hendriksen e Van Breda (1999, p.286) “acreditam que os ativos devem ser definidos como potenciais de fluxos de serviços ou direitos e benefícios futuros sobre o controle de uma organização”.

Muitas foram as alterações que possibilitaram destacar a importância dos ativos para as organizações, dentre elas tem-se a Lei 11.638/2007 e a Lei 11.941/2009 que alteraram a Lei 6.404/76 que trata das sociedades anônimas no sentido de abrigar alterações significativas na contabilização dos ativos, conceituando para tanto os ativos intangíveis da seguinte forma: no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade (Coad, 2015).

Assim, as conceituações dos elementos que formam o patrimônio precisam atentar para a natureza do que está sendo definido, bem como, para a sua mensuração.

2.1.1 Ativo Intangível

O ativo intangível vem se destacando em meio ao contexto empresarial e ganhando um espaço cada vez maior que de acordo com a lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 referem-se a direitos que tenham por objetivos bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Conforme pronunciamento técnico emitido pelo CPC 04 - origem IASB 38 um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando: for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade, bem como, quando seu custo possa ser mensurado com segurança, sendo este considerado um ativo não monetário identificável sem substância física (Iasb, 2010).

Com base em uma definição mais atual destaca-se que o ativo intangível é o termo empregado para definir o valor da empresa que supera o valor contábil e que tem sua origem fundamental no conhecimento, sendo este fonte de vantagem competitiva sustentável para as empresas (Hoss, Rojo & Grapeggia, 2010).

Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que mesmo com a crescente valorização dos intangíveis, não significa que os ativos tangíveis estão perdendo sua devida importância, pois é a combinação dos dois é que define o valor efetivo da empresa, já que é difícil dissociar o tangível do intangível. Sendo que para os mesmos, se o capital intangível for bem empregado poderá certamente fazer com que o tangível possa render muito mais, e conjuntamente ambos podem maximizar o valor de uma empresa.

Diante da respectiva importância, as organizações estão aderindo a novas práticas de gestão, que visem criar e agregar valor aos ativos, relacionando estrategicamente os ativos tangíveis e intangíveis, já que as novas práticas aliadas a tecnologia permitem alavancar a valoração dos ativos através da interação com esse modo diferente e novo de criar valor vislumbrando resultados positivos para a organização.

Embora possam parecer invisíveis os ativos intangíveis podem ser discernidos com bastante facilidade, sendo possível classificá-los em três grupos formado por estrutura externa, estrutura interna e competência dos funcionários. Sendo que os ativos intangíveis, assim como marcas famosas, entre tantas a Coca-Cola e McDonald's, são empresas em que os intangíveis possuem valor comercial, e estes são considerados tão valiosos quanto aos tangíveis, ou muitas vezes valem muito mais. Outros exemplos são das empresas que prestam serviços de consultoria e que possuem ações na bolsa de valores, o valor delas está ligado principalmente à competência de seu pessoal, seu relacionamento com os clientes e as práticas inovadoras de gestão, que no caso empresas supracitadas, os ativos tangíveis e o patrimônio contábil visível pouco contribuem para a formação de valor real da mesma, cuja agregação de valor advém da formação dos intangíveis (Sveiby, 1998).



2.1.2 Crescente Valoração dos Ativos Intangíveis

A consequente valoração dos ativos intangíveis está associada atualmente a sociedade do conhecimento, uma vez que a transformação econômica dos últimos vinte anos exigiu uma postura diferente quanto à observação dos ativos intangíveis e toda essa evolução deve-se a aceleração de alguns fatores como: globalização de investimentos, mercados comuns mídia eletrônica e concentração de capitais. Entretanto tais ocorrências passaram a exigir ampliação da força humana, nas organizações, notadamente nos seguintes fatores agentes: cultura, criatividade, agilidade de decisão, proteção ou segurança, estratégias flexíveis e tempestivas. Diante de novas perspectivas quanto a composição patrimonial torna-se mister que as organizações, especificamente a área de administração acompanhe tais transformações ambientais no que se caracterizam como causas de mudança no patrimônio destas, pois o imaterial agregado à riqueza gera condições de crescimento para as mesmas (Sá, 2009).

Os ativos intangíveis compõem base de uma economia de retornos crescentes, pois as estruturas do conhecimento focalizam potenciais humanos, com intuito de gerar receitas e não somente de reduzir custos. Assim tem-se as competências centrais que são para identificar potenciais geradores de ativos intangíveis, tais como: habilidades e conhecimento implícito, a cultura da empresa e valores, a tecnologia aliada ao conhecimento explícito, a administração de processos, a imagem, a relação com clientes e redes (Hoss *et al.*, 2010).

Desta forma salienta-se que a gerência de ativos intangíveis tornou-se a tarefa mais importante dos negócios, uma vez que o conhecimento atrelado a práticas inovadoras de gestão constitui imprescindível de produção, cuja gestão destes acaba por se tornar fator de competitividade (Stewart, 1998). Pode-se então salientar que o valor de mercado das organizações encontra-se mais atrelado à valorização dos intangíveis, já que atualmente a evolução dos negócios está representada pela tendência de valoração de ativos intangíveis.

2.1.3 Riqueza Intangível

Para Sá (2009) muitos dos clássicos da doutrina contábil há muito tempo consideram como imaterialidade os elementos que não possuem forma física que também são agentes produtores de lucros duradouros. Não podendo considerar apenas lucros futuros, mas principalmente deve-se considerar o fator da continuidade, mantendo assim aspectos que garantam a continuidade dos lucros, bem como da entidade, já que um dos princípios da contabilidade consiste na continuidade da mesma mantendo assim o empreendimento.

Todas as empresas, independente da dimensão e da atividade se dediquem terminam por agregar aos seus capitais elementos ou forças sem representação física compatível com a expressão funcional e muitas das aludidas não têm sido evidenciadas contabilmente, mas em verdade existem. Pois estas podem valer mais pela força de seus intangíveis formados dentro delas mesmas, do que pelos elementos corpóreos, como são algumas do ramo de informática, farmacêutico, químico, prestações de serviços e outras de altas especializações científicas, não se podendo desprezar, na avaliação, como riqueza efetiva, o que as aludidas possuem de “incorpóreo”, uma vez que sonegar a evidência e a realidade referida é deformar a fidelidade informativa, ocultando a realidade (Sá, 2009).

No que tange a avaliação dos ativos intangíveis Sveiby (1998) menciona que possui duas partes interessadas nos resultados gerados pelas organizações que prezam pelos investimentos em ativos intangíveis, sendo a externa e interna, conforme pode ser observado no monitor dos ativos intangíveis, apresentado na Figura 1.



Competência	Estrutura Interna	Estrutura Externa
Indicadores de Crescimento e renovação	Indicadores de Crescimento e renovação	Indicadores de Crescimento e renovação
Indicadores de Eficiência	Indicadores de Eficiência	Indicadores de Eficiência
Indicadores de Estabilidade	Indicadores de Estabilidade	Indicadores de Estabilidade

Figura 1: Monitor de Ativos Intangíveis

Fonte: Adaptado de Sveiby (1998, p. 197)

Com base no respectivo monitor, nota-se que na representação externa a empresa se descreve de forma mais precisa para os envolvidos, como clientes, credores, acionistas, que avaliam a qualidade da gerência. No âmbito interno é efetivado para a gerência que precisa conhecer o máximo possível a empresa para que tenha possibilidade de monitorar seu progresso e adotar práticas de gestão e demais medidas corretivas quando necessário, assim este monitor auxilia a gestão e fornece um sistema de gerenciamento e acompanhamento de informações atreladas aos ativos intangíveis (Sveiby, 1998).

2.2 Sustentabilidade nas organizações

A denominação sustentabilidade passou a ter maior expressão na década de 1980 a partir da classificação do conceito desenvolvimento sustentável, em função de uma crise ambiental global, e da conscientização de que os países precisavam aliar o crescimento econômico à preservação do meio ambiente, com a garantia do bem-estar das futuras gerações. A partir de então, o desenvolvimento sustentável passou a ser uma das principais preocupações no ambiente corporativo dos negócios, em especial nas cadeias produtivas que impactam em maior grau na oferta de condições básicas para a sobrevivência do planeta (Nascimento, 2012).

Na esfera empresarial, a sustentabilidade é operacionalizada com base no conceito *Triple Bottom Line* – *TBL*, denominação apresentada por John Elkington, em 1994, cujo significado é o tripé da sustentabilidade, que considera questões econômicas, sociais e do meio ambiente, sugerindo a garantia de oportunidades empresariais e criando um sistema mais transparente, aberto e informativo para os consumidores e demais partes interessadas (Savitz & Weber, 2007).

De acordo com Rocha, Gomes, Kneipp e Camargo (2015) as três dimensões da sustentabilidade apresentadas pelo *TBL*, devem estar associadas, de modo que no âmbito ambiental, a utilização dos recursos naturais sejam otimizados para que não haja prejuízo às gerações futuras, reduzindo os impactos da ação dos processos produtivos. Na esfera econômica, torna-se necessária a preservação da lucratividade da empresa e o não comprometimento do seu desenvolvimento econômico. Na perspectiva social, que inclui a questão da justiça social, tem-se como objetivo o desenvolvimento sustentável. Assim, uma empresa sustentável, colabora para o desenvolvimento sustentável ao gerar, concomitantemente, benefícios nos três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja, vantagens econômicas, sociais e ambientais (Hart & Milstein, 2004).

Evidenciando o tripé da sustentabilidade, Borges (2015) afirma que tal característica pode ser definida como a capacidade de sustentar condições econômicas, sociais e ambientais ao promover o atendimento das necessidades humanas de forma equilibrada. Diante disso, a possibilidade de avaliar a sustentabilidade de instituições está vinculada a construção de indicadores de sustentabilidade voltados à dimensão institucional.



Para que uma empresa tenha uma gestão sustentabilidade é primordial a incorporação de aspectos econômicos, sociais e ambientais na estratégia e nas operações das organizações, o que retrata um desafio emergente para as empresas e está associada com a obtenção de vantagem competitiva para as mesmas (Rocha *et al.*, 2015).

Para Hart e Milstein (2004) a busca pela sustentabilidade deve ser considerada como um portfólio, no qual as estratégias e práticas têm o potencial de elevar a reputação, reduzir os custos e riscos e promover a legitimidade da organização, acelerar o processo de inovação e o reposicionamento no ambiente de negócio. Tais ações tem grande importância para a criação de valor às partes interessadas.

Por outro lado, há organizações que utilizam o termo sustentabilidade em diversos discursos para justificar os impactos das diferentes atividades produtivas sobre o ambiente e legitimar sua atuação frente à sociedade (Silva, Reis & Amâncio, 2014).

Contudo, os *stakeholders* tem demonstrado interesse na inserção da sustentabilidade na concepção e nos modelos de gestão das organizações, objetivando atender a uma demanda imposta pela sociedade. Para tanto, as organizações devem ser socialmente responsáveis, propor planos e ações que compreendam as dimensões da sustentabilidade. Essa nova concepção fortaleceu a criação dos mecanismos legais e institucionais de defesa ao meio ambiente (Rocha *et al.*, 2015).

Neste prisma, pode-se citar como exemplo a criação dos mecanismos legais para que a atividade extrativista da mineração desenvolva suas funções com responsabilidade e diminua seus impactos tanto ambientais como sociais. A indústria da mineração depende de suas atividades estarem em conformidade com as normas legais vigentes, em especial às questões socioambientais que, na maioria das vezes, ultrapassam os limites do local de exploração (Villas Boas, 2011).

Além das questões legais, outro aspecto refere-se a gestão de cadeias de suprimentos e a incorporação da sustentabilidade, como iniciativas que estão sendo utilizadas por diferentes organizações para obter diferenciais competitivos em relação aos concorrentes, e conquistar a longevidade em seu mercado de atuação (Rocha *et al.*, 2015).

Neste contexto, o envolvimento das partes interessadas pode despontar como uma das medidas mais importantes para compreensão por parte das organizações, do real significado de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e de como isso pode agregar valor e responsabilidade a partir das atividades organizacionais (Rocha *et al.*, 2015).

2.2.1 Práticas de Sustentabilidade na organizações

As organizações sustentáveis são instituições, tanto públicas quanto privadas, dos mais variados portes e áreas de atuação, que estruturam suas práticas e premissas gerenciais mantendo-se economicamente viáveis, competitivas no mercado, e atendendo as concepções de responsabilidade social, ética, governança corporativa, transparência. Essas empresas também precisam produzir de forma a não causar danos ao meio ambiente e contribuir para o desenvolvimento social da região e do país onde atuam. Para tanto, promovem o aumento da qualidade de vida e bem-estar dos envolvidos com suas atividades, produtos e serviços (Leal, 2009).

Neste sentido, Leal (2009) corrobora afirmando que as organizações sustentáveis desenvolvem suas práticas e estratégias gerenciais para serem economicamente viáveis, mantendo-se competitivas no mercado, produzindo de maneira a não agredir o meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento social da região e do país onde atuam.

Tendo em vista a identificação da importância de ser uma organização sustentável, em qualquer programa ou atividade de gestão, as empresas têm um papel de grande



importância a exercer, por meio de uma prática empresarial sustentável, provocando mudanças de valores e de orientações e engajando a ideia de gestão sustentável (Schmitt, Hayde & Dreher, 2013).

Contudo Almeida (2002) destaca que há maior dificuldade em colocar os conceitos de desenvolvimento sustentável em prática do que em propriamente defini-los, pois para que as organizações assumam o papel de sustentáveis é preciso que haja uma mudança na cultura da organização, de seus funcionários e na demanda de tempo e recursos financeiros.

No que tange ao tripé da sustentabilidade, podem ser realizadas práticas nas três perspectivas do três pilares do TBL. Em se tratando de práticas sociais sustentáveis as mesmas dizem respeito às condutas gerenciais da organização que objetivam à melhoria da qualidade de vida dos funcionários e da comunidade. Já as práticas ambientais sustentáveis referem-se às ações gerenciais da organização voltadas para a preservação da qualidade ambiental e a preservação de impactos ambientais. E no que diz respeito às práticas econômicas sustentáveis, as mesmas estão ligadas às práticas gerenciais da organização para alcançar bom desempenho econômico (Claro, Claro & Amâncio, 2008).

Para exemplificar itens ligados às práticas sustentáveis no âmbito social, ambiental e econômico, que podem ser desenvolvidas pelas organizações, pode-se citar a pesquisa realizada por Claro *et al.*, (2008) na qual verificou o entendimento das práticas gerenciais em uma empresa de saneamento básico e uma empresa fabricante de peças automotivas, ambas de Minas Gerais. No contexto das práticas sociais a formação desse constructo se deu com sete subitens, medidos por meio de uma escala Likert de cinco pontos. Os subitens referem-se às práticas gerenciais de investimento na segurança dos funcionários, plano de saúde, tíquete-alimentação e/ou cesta básica, distribuição dos lucros da empresa com funcionários, benefícios iguais para homens e mulheres, cumprimento dos direitos do funcionário e investimento na comunidade. Quanto às práticas ambientais o constructo foi formado por oito subitens, medidos por meio de uma escala Likert de cinco pontos. Os subitens referem-se às práticas gerenciais de prevenção à poluição do ar, número de acidentes ambientais decorrentes das atividades da empresa, separação e reciclagem de resíduos, tratamento de materiais perigosos para evitar acidentes, utilização de fontes alternativas de energia e investimento em equipamentos que utilizam menos energia. E no que se refere às práticas econômicas, esse constructo é formado por sete subitens, verificados por meio de uma escala Lickert de cinco pontos. Os subitens relacionam-se ao desempenho com relação ao lucro, aos custos com mão-de-obra, a carga tributária que incide sobre as operações da empresa, à existência de demanda pelos produtos/serviços da empresa, à existência da concorrência nas atividades da empresa e aos investimentos para o desenvolvimento da comunidade.

2.2.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial

Em função do fortalecimento da visão social nas organizações, passaram a existir algumas percepções que envolvem a Responsabilidade Social Corporativa - RSC versus desempenho financeiro. Nesse sentido, surgem possibilidades para explicações administrativas mais amplas, sendo que a teoria dos *stakeholders*, que salienta a importância estratégica de se atender aos interesses dos *stakeholders*, e aponta uma relação positiva entre RSC e desempenho financeiro das organizações (Rezende, Nunes & Portella, 2008).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE representa a confluência de pretensões de empresas do mercado a fim de obter maior transparência e o desejo de organizações pioneiras na responsabilidade social, da defesa ambiental e da governança. Diante destes anseios foi criado em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, uma das principais



referências globais em indicadores de gestão e governança empresarial do planeta (Marcondes & Bacarji, 2010).

Para demonstrar o desempenho de mercado de uma carteira composta por empresas que desenvolvem uma gestão sustentável, é que foi constituído o índice, sendo este o quarto índice no mundo com estas características (Marcondes & Bacarji, 2010).

Os investimentos socialmente responsáveis - SRI são representados por fundos de investimentos, ratings e índices no mercado financeiro, constituindo-se em decisões de investimento com o objetivo duplo de atingir retorno financeiro e social (Rezende *et al.*, 2008).

Tais investimentos emergiram da necessidade de se obter alternativas de investimento que atendessem a investidores que a procura de aplicações diferenciadas no mercado, além de reconhecer as empresas que aliam desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e práticas de governança corporativa (Rezende *et al.*, 2008).

3 Metodologia

Neste capítulo serão expostos os tipos de pesquisas que serão utilizadas na abordagem deste estudo, também abordar-se-á as finalidades e os meios de coleta e análise de dados e informações.

O método nada mais é que o conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que possibilitam com economia e segurança o pesquisador chegar a seus objetivos. (Marconi & Lakatos, 2003). Este estudo caracteriza-se como uma abordagem de pesquisa qualitativa, sendo esta uma maneira para se compreender a natureza de um fenômeno social, cujas investigações precisam de uma análise qualitativa para tratar de situações complexas ou particulares com o objetivo de obter o tamanho da complexidade do problema, fazer a análise das variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vivenciados por alguns grupos, e, assim aprofundar o entendimento sobre determinado assunto (Richardson, 2011). A pesquisa qualitativa objetivará coletar e interpretar informações sobre a contribuição das práticas de sustentabilidade que possibilitam a maximização do grupo de ativo intangível de uma determinada organização. Assim na pesquisa de caráter qualitativo, o pesquisador, ao encerrar sua coleta de dados, se depara com uma quantidade imensa de notas de pesquisa que materializam na forma de texto, os quais deverão ser organizados e interpretados (Roesch, 2010). Lakatos e Marconi (2003) salientam que a coleta de dados secundários tem uma abrangência significativa, pois, refere-se a todo o material, ou seja, bibliografia já publicada anteriormente, possibilitando ao pesquisador um contato amplo e direto com o assunto já publicado, ou seja escrito.

Quanto aos objetivos o referido estudo, classifica-se como pesquisa explicativa, pois, têm como preocupação central identificar os fatores que determinam e contribuem para a ocorrência dos fenômenos, tendo em vista a gama de interesse para fins de suporte à gestão organizacional (Gil, 2008).

No que refere-se aos procedimentos, o presente artigo enquadra-se como pesquisa bibliográfica, pois esta implica na seleção, leitura e análise de textos relevantes ao tema estudado, cuja vantagem desta abordagem é que sistematiza algo que a maioria dos cientistas aprendeu pela experiência (Roesch, 2010). Para Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica é o método que busca encontrar respostas para questões propostas, sendo este um procedimento sistemático que permite descobrir novos fatos ou dados, bem como, refere-se a um levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa.



A análise e interpretação dos dados consiste em uma atividade intelectual que tem por finalidade dar um significado mais abrangente e amplo as respostas coletadas, relacionando-as com outros conhecimentos. Assim sendo pressupõe que a interpretação representa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos atrelados ao tema. E para a realização deste estudo as informações serão obtidas através da documentação indireta, com dados coletados por outras pessoas, consistindo na pesquisa de caráter bibliográfico, ou seja, são fontes secundárias (Lakatos & Marconi, 2002).

O método adotado foi o método dedutivo, partindo-se da literatura global, com finalidade de extrair as conclusões e considerações pertinentes. Cujo método possibilita que fatos particulares sejam deduzidos, tornando explícitas verdades particulares contidas em verdades universais (Cervo & Bervian, 2002).

Torna-se assim oportuno destacar a importância do método científico de pesquisa, utilizado para abordar determinado tema uma vez que é por meio deste que torna-se claro e passível o entendimento aos demais, bem como, possibilita levá-los a compreensão do assunto abordado, enriquecendo desta forma seu conhecimento.

4 Discussão

Desta forma, ressalta-se o quão relevante torna-se a utilização por parte das empresas de novas práticas, notadamente as que tangem as questões inerentes a sustentabilidade visando aperfeiçoar seus processos para uma gestão que possa promover agregação de valor aos intangíveis. Este estudo possibilitou conhecer a crescente valorização que os ativos intangíveis vem assumindo no âmbito do contexto empresarial, pois o mesmo representa uma maneira nova de encarar o valor da organização, em que a necessidade de identificar a sua natureza, características e principalmente sua dimensão faz-se imprescindível, uma vez que quanto maior a existência desse tipo de ativo intangível na organização, maior também será a capacidade da mesma em gerar valor, e levando-se em consideração que o momento atual, apresenta características de constantes e significativas mudanças, demandando desta forma a agilidade e mais inovação por parte dos níveis estratégicos e intermediários, para que possa identificar o impacto dessas mudanças. Salienta-se que as organizações precisam definir estratégias administrativas, com intuito de monitorar seus ambientes, especificamente as novas práticas de sustentabilidade, podendo assim, obter vantagem competitiva com a identificação prévia de possíveis ameaças que possam resultar em prejuízos, tanto financeiros, quanto ambientais (Belfi, Lima, Milagres, Assis & Castilho, 2014).

Constatou-se que é imprescindível evidenciar os resultados das práticas de sustentabilidade, visando a busca por melhoria contínua com o intuito de exigir uma maior adequação dos ambientes organizacionais contribuindo com a agregação de valores a intangibilidade, notadamente ao que refere-se a composição do ativo intangível.

Sendo assim, faz-se mister que a mesma conheça toda extensão e complexidade deste assunto, principalmente onde emergem as dificuldades relacionadas quanto a implementação de novas práticas de gestão, assim é possível contribuir para alavancar a valoração patrimonial da organização. Pois os capitais se transformam por efeito da gestão interna e influência dos entornos, assimilando e gerando elementos intangíveis (Sá, 2009)

Pesquisa realizada por um período de 72 meses, finalizando em 2012, efetuou análise comparativa entre o desempenho de fundos de ações sustentáveis e IBOESPA, na qual identificou que empresas sustentáveis tem maior retorno financeiro acumulado no período em comparação a empresas sem esta característica, fato este que pode ser observado na Figura 2.



Período findo em 31/05/2012	Retorno acumulado (% acumulado no período)		Número de fundos de ações de ISR
	Ações Sustentabilidade	IBOVESPA	
12 meses	-2,39%	-15,68%	15
24 meses	6,73%	-13,57%	15
36 meses	30,11%	2,43%	14
48 meses	-8,03%	-24,94%	12
60 meses	21,95%	4,25%	09
72 meses	65,06%	49,17%	09

Figura 2 – Retorno de ações sustentáveis

Fonte: Macedo, Barbosa, Callegari, Monzoni & Simonetti (2012).

Portanto, ressalta-se que as práticas de sustentabilidade permitem contemplar os novos requisitos exigidos pelo momento atual. Sendo assim, denota-se, que o valor de um componente patrimonial, imaterial, não se mensura por suposições e sem a efetiva contribuição das práticas de gestão, mas sim por constatações derivadas de um complexo de considerações apoiadas na realidade, e devidamente qualificada, isso de acordo com sua importância dentro das organizações, demonstrando quão interessante é o assunto diante da nossa atualidade.

5 Considerações Finais

Diante do exposto, identifica-se que a adoção de práticas sustentáveis pode alavancar o valor das empresas. Para ratificar tal afirmação, além da análise da pesquisa demonstrada na Figura 2, tem-se pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC em 2008 que apontou que as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE possuem ativos intangíveis fortes, e por essa razão, apresentam valor de mercado até 19% superior em comparação com aquelas que não estão atentas à questão da sustentabilidade (Nascimento Júnior, Freire, Barreto Júnior & Machado, 2012).

A gestão sustentável agrega valor às organizações, prova disso é que empresas apoiadas no tripé da sustentabilidade alcançam desempenho de destaque no mercado acionário, pois as práticas sustentáveis por elas desenvolvidas, impactam assertivamente no mercado e causam uma percepção altamente positiva aos *stakeholders*.

Assim, a conscientização da importância das práticas sustentáveis, aliada a percepção de que tais ações podem impactar a valoração da empresa e de seus ativos intangíveis podem estimular administradores a adotar uma gestão sustentável e consequentemente contemplar o desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Fica como sugestão para trabalhos futuros a identificação dos ativos intangíveis nos relatórios das empresas que fazem parte do ISE.

Referências

Almeida, Fernando. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Belfi, Thamiris G., Lima, Mayara C. de, Milagres, Paula F., Assis, Nayara F. S. de, Castilho & Rafael A. A. (2014, novembro) Projeto de regularização e adequação ambiental de oficinas mecânicas. Anais do V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Belo Horizonte, MG,



Brasil, 17. Recuperado em 14 de agosto, 2015 de <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/V-009.pdf>

Borges, Fabrício Q. (2015, janeiro/março). Sustentabilidade institucional no setor elétrico brasileiro. *Pretexto*, Belo Horizonte, 16(1), p. 23-35. Recuperado em 16 agosto, 2015 de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35279/sustentabilidade-institucional-no-setor-eletrico-brasileiro>

Cervo, Amado L. & Bervian, Pedro A. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo, Prentice Hall.

Claro, Priscila B. O., Claro, Danny P. & Amâncio, Robson. (2008, outubro/dezembro). Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, São Paulo, 43(4), p. 289-300. Recuperado em 21 agosto, 2015 de http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1354

Coad, Centro de Orientação Atualização e Desenvolvimento Profissional. (2015). *Legislação Contábil: Definições ativos intangíveis*. Recuperado em 06 setembro, 2015 de <http://www.coad.jusbrasil.com.br/.../veja-alguns-conceitos-sobre-os-ativos-intangiveis>

Domenegueti, Daniel & Araújo, Roberto. (2014, junho). A sustentabilidade como ativo de valor. *Livre Pensar*, São Paulo. Recuperado em 25 agosto, 2015 de <http://www.ideiasustentavel.com.br/2014/06/a-sustentabilidade-corporativa-como-ativo-de-valor/>

Gil, Antonio C. (2008). *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Hart, Stuart L. & Milstein, Mark B. (2004, maio/julho). Criando valor sustentável. *Academy of Management Executive*, São Paulo. 3(2), p. 65-79. Recuperado em 22 agosto, 2015 de <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/3363.pdf>

Hoss, Osni, Rojo, Claudio A. & Grapeggia, Mariana. (2010). *Gestão de ativos intangíveis: da mensuração à competitividade por cenários*. São Paulo: Atlas.

Iasb, International Accounting Standards Board. (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 04*. Recuperado em 06 setembro, 2015 de <http://www.ifrs.org/Pages/default.aspx>

Iudícibus, Sérgio de & Marion, J. C. (2000). *Introdução à teoria da contabilidade*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Lakatos, Eva M. & Marconi, Maria de A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Lakatos, Eva M. & Marconi, Marina A. (2002). *Técnicas de pesquisas*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Leal, Carlos E. (2009, junho) A era das organizações sustentáveis. *Revista Eletrônica Novo Enfoque*, 8(8), p. 1-11. Recuperado em 22 agosto, 2015 de <http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/08/04.pdf>



Macedo, Fernanda, Barbosa, Helton, Callegari, Isabela, Monzoni, Mario & Simonetti, Roberta. (2012) *O valor do ISE: principais estudos e a perspectiva dos investidores*. São Paulo: BM&FBOVESPA.

Marcondes, Adalberto W., & Bacarji, Celso D. (2010) *ISE: sustentabilidade no mercado de capitais* (1a ed.). São Paulo: Reported.

Nascimento Júnior, Euripedes R., Freire, Fátima S.; Barreto Junior, Eric A. Mattos & Machado, Camila A. (2012). O disclosure dos ativos intangíveis nas empresas que compõem índice de sustentabilidade empresarial no Brasil. *Anais do XV Encuentro AECA - Asociacion Espanola de Contabilidad y Administracion de Empresas, Ofir – Exposende, Portugal*. Recuperado em 26 agosto, 2015 de <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/414>

Nascimento, Elimar P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, 26(74), p.51-64. Recuperado em 22 agosto, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_arttext

Rezende, I. A. C., Nunes, J. G., & Portela, S. S. (2009). Um estudo sobre o desempenho financeiro do Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 2(1), 93-122. Recuperado em 06 set, 2015 de < <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/viewArticle/22> >

Richardson, Roberto J. (2011). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Rocha, Adilson C., Gomes, Clandia M., Kneipp, Jordana M. & Camargo, Caroline R. (2015, abril/junho). Gestão sustentável da cadeia de suprimentos e desempenho inovador: um estudo multicaso no setor mineral brasileiro. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, 12(2), p. 291-314. Recuperado em 16 agosto, 2015 de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36669/gestao-sustentavel-da-cadeia-de-suprimentos-e-desempenho-inovador--um-estudo-multicaso-no-setor-mineral-brasileiro->

Roesch, Sylvia M. A. (2010). *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Sá, Antônio L. (2009, abril/julho) Intangível e realidade objetiva patrimonial. *Revista catarinense da ciência contábil*, Florianópolis, 8(23), p. 9-22. Recuperado em 04 setembro, 2015 de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33434/intangivel-e-realidade-objetiva-patrimonial>

Savitz, Andrew. W. & Weber, Karl. (2007). *A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Schmitt, Camila S., Hayde, Cristian T. & Dreher, Marialva T. (2013, maio/agosto). Sustentabilidade como vantagem competitiva: uma análise bibliométrica. *Revista Eletrônica Estratégia e Negócios*, 6(2), p. 157-176. Recuperado em 22 agosto, 2015 de <http://aplicacoes.unisul.br/ojs/index.php/EeN/article/view/1296/1200>



IV SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8502

Silva, Sabrina S., Reis, Ricardo P. & Amâncio, Robson. (2014, dezembro). Conceitos Atribuídos à sustentabilidade em organizações de diferentes setores. *Revista Ciências da Administração*, 16(40), p. 90-103. Recuperado em 16 agosto, 2015 de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34134/conceitos-atribuidos-a-sustentabilidade-em-organizacoes-de-diferentes-setores>

Stewart, Thomas A. (1998). *Capital Intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Sveiby, Karl E. (1998). *A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de Conhecimento*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Villas Boas, Hariessa C. (2011). *A indústria extrativa mineral e a transição para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq.